CONTEÚDO

Prefácio do autor	6
Prefácio dos editores	8
1. A Obrigação da Lei	9
2. Jesus Cristo e a Lei	20
3. As Conseqüências da Graça	28
4. O Tradicionalismo	35
5. O Formalismo	40
6. O Legalismo	45
7. O Caminho da Santificação	54
8. Aspectos da Doutrina Bíblica da Santificação	72
9. Alguns Sinais da Santificação	76
10. A Santificação e a Palavra de Deus	86
11. A Santificação e o Testemunho Pessoal	92
12. A Disciplina da Santidade	98
Conclusão	104

Prefácio do Autor

A discussão sobre a obrigação de se guardar a lei não se encerrou com o concílio de Jerusalém em 49 A.D. Jesus disse: “Não penseis que vim revogar a lei... Aquele, pois, que violar um destes mandamentos, posto que dos menores, e assim ensinar aos homens, será considerado o mínimo no reino dos céus; aquele, porém, que os observar e ensinar, esse será considerado grande no reino dos céus” (Mt 5.17, 19). Sendo assim, como pode Paulo afirmar que “o fim da lei é Cristo para justiça de todo aquele que crê” (Rm 10.4)? A redescoberta da graça salvadora pelos reformadores revigorou a reflexão sobre a relação entre a lei e a graça e sobre a justificação e a santificação. Sabemos que nossa aceitação por Deus não depende das obras da lei. Também sabemos que a justificação gratuita não deve ser um incentivo à graça barata. O apóstolo Paulo combateu vigorosamente a sugestão de que o fato de alguém continuar a viver no pecado tornaria a graça mais abundante (Rm 6.1). Por um lado, temos os sabatistas que se empenham em guardar algumas leis do A.T. Por outro lado, estão os libertinos que dão pouca atenção às regras e obrigações bíblicas.

Além das dificuldades de interpretação, há muitas divergências entre os evangélicos brasileiros quanto à obrigatoriedade na manutenção de regras bíblicas sobre costumes relacionados com alimentos proibidos, a maneira de vestir-se, corte do cabelo e outras práticas do mundo moderno, fora do campo da moralidade.

Este livro não pretende dar uma palavra definitiva acerca deste tema tão desafiante. O nosso desejo é tratar o assunto da maneira mais coerente possível com a Palavra de Deus e ajudar o leitor a refletir seriamente sobre a obediência à vontade divina, à luz da Bíblia. Esperamos que nestas páginas ele possa descobrir luz para o caminho no meio de tantas trevas e da neblina tradicionalista.

Não seria justo deixar de agradecer o apoio da Comissão de

Prefácio do Autor

Literatura, que decidi publicar este livro, bem como dos colaboradores de Edições Vida Nova. Reconheço com profunda gratidão o auxílio da Sra. Lucy Yamakami, que corrigiu os muitos erros de português, e o trabalho de minha filha, Helen, que alegremente digitou o manuscrito no computador. Acima de tudo, agradeço ao Senhor que me deu o privilégio de conhecer a Sua graça. A Ele toda glória!

Russell P. Shedd

Prefácio dos Editores

Um dos maiores perigos do trabalho evangelístico é o de se oferecer ao mundo a graça salvadora de Cristo sem o esclarecimento da necessidade de um compromisso com Deus. Esta prática resulta numa graça do tipo “água com açúcar”, barata e teórica, carente do poder transformador do evangelho. No outro lado da moeda, existe o perigo de um cristianismo legalista, agarrado a tradições, leis e regras que nada têm a ver com a mensagem bíblica.

Como poderemos harmonizar estes dois extremos e entrar para valer na corrida pela santificação, segundo a exortação do apóstolo Paulo?

Mais uma vez, o Dr. Shedd consegue, de maneira sucinta e clara, nos mostrar a perspectiva bíblica a respeito dos fundamentos da vida cristã: lei, graça e santificação. Ele nos ensina a evitar os extremos, para que tenhamos uma vida equilibrada, agradável a Deus.

Recomendamos que o prezado leitor mantenha a Bíblia aberta, ao ler este livro. Peça que Deus o ilumine e transforme sua vida. Às vezes, a corrida é árdua, mas continuemos na esperança de um dia estarmos juntos de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo.

Os editores

1

A Obrigação da Lei

Introdução

Para todo homem que pensa, mais cedo ou mais tarde surgirão duas perguntas fundamentais. Primeira: como posso saber o que é certo? E segunda: como posso encontrar paz com Deus? A resposta cristã à primeira pergunta é: Deus revela o certo e o errado na Bíblia. Como resposta à segunda, oferecemos as boas novas: Deus mesmo se interessou por nós, apesar de nossa alienação; Ele agiu graciosamente para pagar a dívida de nossos delitos. A graça de Deus veio à procura de homens perdidos.¹

Quem já recebeu a oferta de salvação, confiando unicamente na pessoa de Jesus Cristo e na obra completada na cruz, também tem suas indagações. Se Deus me redimiou inteiramente pela graça,² qual é a minha obrigação diante de tão valioso sacrifício? Como devo orientar a minha vida diante da nova e abrangente realidade de que “Jesus é o Senhor”? Se o amor de Deus é tão extenso que alcança o mais vil pecador, qual seria a responsabilidade deste iníquo, inundado pela graça, diante de tão imerecido favor?

1. Veja J. R. W. Stott, *Christ the Controversialist* (Londres: Tyndale), 1970, p. 106.
2. O tema central da Reforma foi *sola gratia*. Toda contribuição que alguém pode dar para sua própria salvação é recebê-la pela fé.

A Justiça de Deus e o Dever do Homem

Para responder a tais perguntas devemos fazer algumas observações sobre a salvação. Toda conversão genuína cria no coração do neófito um desejo inevitável que o conduz para a santidade. Um filho de Deus ganha do Espírito de adoção um estímulo para tentar agradar a seu Pai (Rm 8.14-16). Antes de crer no Senhor Jesus Cristo, ele admitia a existência da lei moral que orienta a humanidade em geral a respeito do certo e do errado; apesar disso, ele não se importava com esse padrão revelado na consciência. Mas, agora, a santificação virá a ser o alvo da sua vida. O arrependimento e o nascimento do Espírito (Jo 3.5,6) criam uma nova inclinação.

Jesus, antes de oferecer sua vida na cruz, desvendou para seus discípulos segredos vitais e necessários para que eles pudessem agradá-LO e servi-LO. “Se me amais, guardareis os meus mandamentos. E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador... o Espírito da verdade... vós o conheceis porque ele habita convosco e estará em vós” (Jo 14.15-17).

Tudo que está errado neste mundo é consequência do desvio da retidão divina. Deus, sendo absoluto na Sua justiça, não pode afastar-Se do padrão estabelecido pela Sua própria natureza. Quando Deus gravou a Sua imagem de forma indelével no coração do homem, todos passaram a ser responsáveis diante dEle (Hb 9.27). Tornou-se inevitável o senso de responsabilidade diante de alguém superior. A justiça gravada na consciência dos homens faz com que todos sejam responsáveis perante Deus e explica a capacidade universal de reconhecer a distinção que há entre a justiça e a injustiça. Por isso, o ideal de justiça se eleva entre os homens como um ponto de honra dos mais respeitados. A própria capacidade universal de distinguir o certo do errado veio do Criador.¹

A absoluta perfeição que Deus exige dos homens nunca foi e nem será alcançada por um ser humano sequer, com a única exceção de Jesus Cristo, Filho de Deus. Foi Ele que, através da encarnação, tornou concreta e prática a justiça inerente de Deus.

Deus também exige justiça dos homens. Se Ele “não levou em conta

1. Leia C. S. Lewis, *Cristianismo Puro e Simples* (S. Paulo: ABU Editora), 1989³, pp. 1-4.

os tempos da ignorância” (At 17.30) antes da manifestação da graça “salvadora a todos os homens” (Tt 2.11), agora ordena a todos que se arrependam. Seu governo sobre o universo reflete esta realidade. Deus não é apenas justo em Si mesmo, mas também não admite a permanência do mal moral sem punição na Sua criação. Todo ser criado à Sua imagem é responsável. Daí a conhecida declaração de Paulo: “A ira de Deus se revela do céu contra toda impiedade e perversão dos homens que detêm a verdade pela injustiça” (Rm 1.18). Não existe um foco sequer de iniquidade, provocada pela maldade dos homens, contra a qual Deus não direcione Sua ira. Na hora do julgamento final, todo ser humano terá de admitir suas falhas e transgressões diante desse padrão, mesmo que nunca tenha ouvido falar de Deus e de Sua lei (Rm 2.9).

A queda de Adão, e conseqüentemente de toda a raça (Rm 5.12), implica no fato bem palpitante de que Deus está separado de Suas criaturas. Todos ficaram destituídos da glória de Deus (Rm 3.23). Em conseqüência do seu pecado, em vez de buscarem ao Senhor, os homens são inimigos (Rm 3.11; 5.10), rebeldes e pecadores. E quem pecou já está condenado e sob a ira divina (Jo 3.36). Mais ainda: a mentira mantém-se escondida porque, como Paulo diz, “a verdade é suprimida pela injustiça” (Rm 1.18).

É inadmissível a desculpa humana de que entre determinados povos e nações simplesmente nunca houve qualquer oportunidade para se conhecer a mensagem salvadora. A Palavra de Deus afirma que homens ignorantes acerca da Bíblia não ficaram sem conhecimento algum de Deus (Rm 1.19). Até aos mais distantes Ele revela Seus atributos, Seu eterno poder e natureza divina (Rm 1.20). Ninguém poderá sustentar alguma desculpa ao chegar diante do tribunal do Rei do universo. Todos serão julgados porque os homens, voluntariamente, encobrem a verdade para praticar a injustiça (Rm 1.18). Esta “revelação natural” que todos têm de Deus (isto é, a verdade encoberta) será, portanto, a base da justa condenação de todos os que não alcançaram a graça de ouvir a Palavra de Deus (“revelação especial”). “Eles não têm desculpa...” (Rm 1.21). Todavia, Deus não é injusto. Nunca condenará um homem por este não ter crido numa mensagem que não teve oportunidade de ouvir. A justiça divina será mantida. No julgamento final, a justiça divina julgará a todos de acordo com a luz que Deus lhes deu: a criação e a consciência. Toda